



Ata da 13^a Reunião Ordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: 11 e 12 de novembro de 2025

Local: Sala de reuniões do Departamento dos Regimes Proprios-

Pauta: revisão manual – apresentação de propostas apresentadas pelos membros , pelas entidades certificadoras e entes federativos que certificaram o Pro-Gestão.

Deliberação ONC

DESENVOLVIMENTO: Verificada a presença dos membros relacionados abaixo, o Coordenador da Comissão, Gustavo Lopes, deu início a reunião dando boas-vidas a todos e passou deu início a pauta que está bastante extensa. Iniciou falando sobre a revisão do manual, que teve muitas propostas. Iniciou com a proposta enviada por auditor do ICV Brasil Uirã Gomes, para inserir glossário. Foi sugerido que a revisão seja dividida entre os membros pois a proposta é muito boa e vai agregar bastante. Prosseguindo foi sugerido que o histórico do manual seja retirado do manual e publicado no portal, colocando um link no manual que deverá seguir para o portal onde está publicado o histórico. Todos foram a favor de inserir o glossário, embora haja preocupação acerca do tempo necessário par construção, então, decidiu-se que será realizado em momento oportuno. Marcia sugeriu que a data da certificação seja a data em que foi recomendada a certificação, ou seja a data

da auditoria para que não haja prejuízo ao ente quando se tratar de renovação. Todos aprovaram o texto. Prosseguindo o Daniel Ribeiro sugeriu que a regra favorecida seja permanente. Houve concordância parcial que sejam definidas as ações que deverão ser cumpridas. Gustavo apresentou a proposta para atendimento de 18 ações para o nível I, 20 ações para o Nível II e 22 para o nível III, de forma permanente. Sem alterações para o Nível IV que foi aprovado. Colocado em pauta a questão do mandato, ou 2 anos de experiência quando o dirigente máximo estiver buscando a manutenção ou mudança de nível para o nível III e manutenção do IV. Conforme deliberado na reunião de Salvador, será incluído supervisão enxuta de forma remota para verificação dos documentos essenciais, baseados nas treze ações obrigatórias. Marcia sugeriu que fosse retirado do manual o impedimento de esperar um ano da certificação, todos concordaram por não ver sentido. Proposta de inserção de subitem para que no processo de auditoria ou supervisão o ente poderá abrir recurso junto a Comissão do Pro-Gestão. Luciano Marques entrou na reunião via teams para auxiliar nas questões do eSocial a fim de melhorar o atendimento a ação, com a matriz de risco da fase três. Daniel Kravetz questionou a consulta cadastral por lote que foi informado que foi descontinuado, por estar incluído em uma outra ação. O histórico será retirado do manual e inserido no portal, com link informativo no manual. Sugerida melhoria no manual da arrecadação para incluir arrecadação mensal de contribuições e ainda na manualização dos investimentos para inserir o processo decisório de investimentos. O segundo dia deu início com a discussão sobre a exigência da ALM para o nível II quando o ente tiver mais de cinquenta milhões em recursos e quantos aos entes com nível I com valores nesse nível? ficou definido que o assunto será mais debatido para se ajustar a melhor solução para ente. Gustavo sugeriu revisão do anexo que trata do credenciamento das entidades. Na manhã o dia 12 foi recebida a visita do Narlon, diretor do RC, que compartilhou seu desejo de que haja no escopo das ações já existentes ação relacionada a Previdência Complementar. Irá apresentar proposta de inserção de questionário para conhecimento a situação do ente e ações de capacitação para deliberação da comissão. Jailson sugeriu o envio de relatório atendimento e monitoramento das entidades que deverá ser enviado por exercício, foi aprovado e será incorporado na próxima versão. Foi entendido necessária a melhoria do texto da ação 3.1.6 controle da base de dados que ainda causa muita confusão. Silvia irá fazer o esboço para aprovação no ponto de controle de dezembro. É preciso ainda definir o que o eSocial está trazendo para não inserir obrigações desnecessárias. Por fim, foi



apreciado o pedido de credenciamento da entidade certificadora ONC. Constatou-se que os requisitos relativos à qualificação jurídica e à regularidade fiscal foram atendidos. Entretanto, permaneceram pendências relacionadas à qualificação técnica, especialmente quanto ao atendimento do item 6.4 do Anexo V do Manual, que exige comprovação de experiência dos auditores em auditorias e conhecimento específico na área de RPPS. Deliberou-se pela notificação da entidade para saneamento das pendências, concedendo-se prazo de trinta dias, contados do recebimento da notificação por Aviso de Recebimento (AR).

ENCAMINHAMENTOS:

Agendar :Reuniões :24/11 às 10h

Reunião dia 09/12 as 10h

Pauta:

Situação inclusão RPC em ação do Pro-Gestão

base cadastral – melhorar o texto) Silvia e Daniel irão trazer minuta

matriz de risco eSocial- alternativa envio de dados e prova de vida

Planilha das entidades anexo 9

Recursos ente federativo

Revisão do anexo 8

Se necessário:

20/01- ponto de controle, caso necessário

ENCERRAMENTO:

Não havendo mais pronunciamento, o Coordenador Gustavo deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.

Em 06 de outubro de 2025

Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária-Executiva

Participaram desta reunião: Gustavo Lopes Sinay-MPS, Márcia Lúcia Paes Caldas-MPS; Charles Souza Lima-MPS, Luciano Silveira-MPS, Marcos Silva-TCE-RJ, Daniel Kravetz-Paranaprevidência, Daniel Ribeiro Salvador-BA, Jailson Gomes-TCM-BA. Daniela Benayon-



Manaus-AM, Silvia Lins-Estado de PE, Rosana Maria Rosa-Jaraguá do Sul , Maria Silvana Frigo-Apeprev, Lea santa Praxedes.AsprevPB